



FACULDADES INTEGRADAS OLGA METTIG
CENTRO DE ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OLGA METTIG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM METODOLOGIA DO ENSINO
SUPERIOR

SÔNIA MARIA RIBEIRO DE ABREU

ESTUDO SOBRE ALUNOS DA UFBA EGRESSOS DE ESCOLAS
PÚBLICAS:

uma análise sobre desigualdade na educação

Salvador

2011

SONIA MARIA RIBEIRO DE ABREU

ESTUDO SOBRE ALUNOS DA UFBA EGRESSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS:

uma análise sobre desigualdade na educação

Artigo Científico apresentado à Disciplina ao Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior das Faculdades Integradas Olga Mettig como parte dos requisitos para conclusão do Curso Metodologia do Ensino e Pesquisa orientada pela Professora Mestra - Maria Raidalva Nery Barreto.

**Salvador
2011**

“Educar para os direitos humanos, parece quase como uma missão impossível”.

(Luís Pierre Aguirre)

RESUMO

O artigo aborda a questão da desigualdade relativa ao acesso à educação superior pública por alunos oriundos de escolas públicas, enfocando as dificuldades de adaptação encontradas por esses alunos da UFBA ao ingressarem nos cursos de graduação da instituição. Cita alguns estudiosos teóricos de questões relativas às desigualdades sociais, como Durkeim, Pierre Bordieau e Castel. Apresenta os resultados de uma pesquisa realizada entre alunos da UFBA que cursaram o segundo grau em escolas públicas. As respostas coletadas nos questionários aplicados revelam as dificuldades de conteúdo encontradas por alunos cotistas no acompanhamento e adaptação aos cursos. Conclui que a formulação de políticas públicas eficientes é essencial para a existência de um ensino médio de qualidade, permitindo, conseqüentemente, que esses alunos de origem desfavorecida, venham a ter melhores oportunidades na sua vida acadêmica futura.

Palavras-chave: educação superior, educação pública, desigualdade social, políticas públicas para a educação, UFBA.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende identificar e analisar dificuldades de adaptação de alunos egressos de escolas públicas, no contexto universitário da UFBA, a partir das proposições do REUNI -Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, tomando como objeto de estudo a desigualdade na educação.

Como procedimento metodológico foi utilizado o levantamento bibliográfico do assunto; revisão de literatura; fichamento dos dados; compilação das idéias pertinentes ao objeto de estudo; aplicação de questionário; análise e interpretação dos dados, os quais indicam que a UFBA não disponibiliza estratégias de acompanhamento, que assegurem aos alunos ingressos no ensino superior, provenientes de escolas públicas a oportunidade de equiparar-se aos seus pares, no conhecimento técnico e científico.

No desenvolvimento de conceitos sobre desigualdade social e educacional vem sendo estudada diversas abordagens por filósofos, teólogos, cientistas sociais, tais como Max Weber, Karl Max, E. Durkeim, com o objetivo de interpretar os motivos, a função e conseqüências da instabilidade do sujeito na universidade, aliado aos estudos contemporâneos dos pensadores Antony Giddens, Manuel Castel, Pierre Bourdieu e Robert Castel.

Barcellos (2001) afirma que a desigualdade pode ser compreendida como uma diferença que os indivíduos e os grupos sociais julgam dentro das escalas de valores.

Continuando as reflexões e conceitos no contexto da educação e desigualdade, afirma Rousseau, (1989 *apud* BRINHOSA, 2001) explica a origem das desigualdades em dois tipos: *natural ou física*, que consistia na diferença de idades, da saúde, das forças do corpo e desigualdades do espírito e da alma; E *moral e política* que dependeria de uma convenção estabelecida ou autorizada pelo consentimento dos homens. Esta representaria privilégios de uns em detrimento de outros, possibilitando a exclusão do indivíduo.

Portanto, podemos entender que o capitalismo é um dos causadores da desigualdade no mundo e a globalização mascara essas desigualdades sociais. Essa inferência se complementa com o pensamento marxista de que o vínculo econômico, social e político incorporado à propriedade e à divisão de trabalho pensada por Émile Durkeim, confirma as desigualdades como uma das características do regime capitalista (BRINHOSA, 2001).

¹Bibliotecária Documentalista da Bibliotheca Gonçalo Moniz: Memória da Saúde Brasileira – Sistema de Bibliotecas da UFBA / Faculdade de Medicina da Bahia. E-mail: soniamra@ufba.br

Internamente essa qualidade se traduz na possibilidade de supressão das desigualdades sociais e de desenvolvimento de cidadania [...]. No mesmo discurso, a possibilidade de gerar equidade, melhoria de qualidade de vida e cidadania, é diretamente relacionada à inserção competitiva no mercado internacional pela via do desenvolvimento científico e tecnológico, o que requer esforços financeiros significativos para poder gerar estes insumos. (BRINHOSA, 2001. p. 40-41)

Políticas públicas implementadas, dirigidas a todos sem exceção, expressam expectativas de ações reparadoras que asseguram maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagens. Neste contexto, educação de qualidade como um direito fundamental, não se aplica na maioria das vezes à escola pública, uma vez que não proporciona a obtenção do desenvolvimento e das aprendizagens equiparáveis, que assegurem a todos, a igualdade de direito à educação.

Em termos filosóficos, trabalhar as políticas públicas desse setor que vão de encontro às transformações que o mundo está passando, significa que globalmente essas propostas contêm contradições que nos parecem inconciliáveis. A educação, quando comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e principalmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e concorrerá para diminuir as desigualdades historicamente produzidas, o que assegura o ingresso, a permanência e o sucesso nas etapas do educando.

2 REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Pensar as desigualdades educacionais no Brasil é pensar em desigualdade social, fato que compartilhamos com o pensamento dos intelectuais e dos políticos brasileiros desde o século XIX. A desigualdade social é marca do descobrimento do Brasil, e as reflexões do processo educativo estão interligadas aos primeiros projetos de escolarização das massas aliada ao processo de construção do mundo burguês (SILVA, 2007).

Para Ianni *apud* Flecha (1996), também em razão, dessa herança colonial, o sistema de ensino como uma "esfera desajustada", criou dificuldades de incorporar a população alfabetizada, devido à estrutura do ensino. Porém, faz-se necessário a defesa da escola pública e gratuita, onde o ensino deve promover a superação do atraso educacional, uma vez que a formação democrática é hoje, uma exigência da sociedade capitalista e liberal.

A legislação do País consagra a todos o direito à educação sem discriminação e estabelece como responsabilidade do Estado proporcionar a educação primária, gratuita e obrigatória, entre as idades de seis a sete anos e de doze a quinze anos. Também elege como praticamente gratuita a educação pública secundária, técnica e até a superior, isentando do pagamento de taxas, aqueles alunos cujas famílias desfrutam de poucos recursos financeiros. Entretanto o aproveitamento desse discurso pregado pela Lei de Nº. 9.394/96 (1996), art.2º, (LDB) que diz ser :

A educação é dever obrigatório da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (AMORIM, p.12, 1997).

Na prática, não procede. O Brasil permanece no rol dos países que tem mais desigualdades no mundo. É no acesso à educação que tais desigualdades são mais visíveis. Nos últimos anos foram reduzidas um pouco em função dos aumentos dos ganhos reais do salário mínimo, da geração de empregos formais e das transferências governamentais para programas sociais, mas, ainda assim é muito elevada.

Para Brasil (2011), na perspectiva de contribuir para minimizar as desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Síntese de Indicadores Sociais (2010), 14,8% dos adolescentes entre 15 a 17 anos não ¹ freqüentavam a escola em 2009, e quase um terço (32,8%) da população de 18 a 24 anos tinham deixado os estudos sem completar o ensino médio. Os índices revelam também desigualdades regionais e sociais. No Nordeste, a proporção de jovens entre 15 e 17 anos que freqüentavam a série adequada para sua idade em 2009 era inferior à registrada no Sudeste dez anos antes.

Diante deste contexto a educação básica não consegue sair do estado letárgico em que se encontra há muito tempo (IBAÑEZ RUIZ, 2010). Os avanços são tênues, e os diversos segmentos da sociedade que apóiam a educação, não estão mostrando saídas para que os jovens visualizem a universidade e tenham melhor aprendizado, superando as dificuldades para a

¹ Fonte: Dados Estatísticos (MEC, 2006).

academia. Portanto, espera-se que a educação evolua, a partir de políticas públicas nas diversas esferas de governo e do tempo necessário para que os ciclos sejam concluídos.

Atualmente, essas políticas aplicadas na sociedade brasileira têm impulsionado melhoria na educação, que são um ponto comum às bases de relações de trabalho, pois ambas possuem vínculo econômico, social e político. A dualidade do papel econômico da educação é evidente, pois por um lado a grande maioria da população possui pouco poder aquisitivo e não tem acesso aos recursos intelectuais da Sociedade da Informação, ficando suas expectativas no fato de alcançarem a mobilidade econômica, através da educação e assim melhorarem a sua renda e o seu status econômico.

Concomitante, devido ao modelo dual referido, a educação está proporcionando valiosos recursos para reforçar as barreiras que se estabelecem entre os três setores, e está se convertendo em um critério cada vez mais intenso de discriminação entre as pessoas que fazem parte de cada um deles (FLECHA, 1996).

No Brasil, cerca de metade dos desempregados, são jovens que estão entre os 16 e 24 anos. O fenômeno decorre de várias causas, destacando-se a baixa escolaridade e a falta de experiência profissional.

Para Paulo Freire (1996) o processo de construção de conhecimento é infinito, isto é uma eterna busca por novos saberes, negando a educação como simples transferência de conteúdos, e sim, uma abertura de caminhos para novas buscas. acreditando, que maior acesso à educação do jovem menos favorecido economicamente, tornará mais justa a disputa, onde os critérios de escolaridade, capacidade de aprimoramento e permanência, na medida em que obtém chance de inovação na sua formação tecnológica, que é a chave para a qualidade curricular do aprendiz.

3 A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ensino básico e superior

A educação brasileira sempre esteve ligada aos vários projetos da história do Brasil. No período Colônia, com a educação jesuítica, no Império com a educação elitista e na República, fez parte do processo de industrialização do país.

Anísio Teixeira (1900-1971), como educador lutou por mudanças na educação brasileira. Influenciado pelas idéias de Dewey apregoeou em solo nacional

o movimento da “*Escola Nova*” cujo princípio enfatizava o desenvolvimento do intelecto e da capacidade de julgamento. Para ele a escola deveria ser pública, gratuita e com qualidade, com atividades em tempo integral, cujo objetivo era preparar a criança para a fase adulta (SAVIANI, 2005).

A educação pública nacional se caracteriza por ser mantida pelo governo e por atender grande parte da população. Educadores da atualidade apontam a educação como caminho para o desenvolvimento da nação. Pesquisadores, inclusive Dal Médico (2011), acreditam ser a educação um direito de todos e função do Estado.

Partindo desse princípio, fixa a obrigatoriedade do governo para com a educação básica, o que na prática, não se confirma. Precisamos entender a educação como direito humano e social e, como tal, com necessidade da adesão e participação de todos na sua implementação, aonde a igualdade de oportunidades educacionais seja assegurada. Como forma de combater a exclusão, a criança deveria desde o ensino básico, ter uma educação de qualidade, o que a prepararia no futuro para disputar de igual para igual no mercado de trabalho ou no exame de vestibular.

No contexto regional, a educação na Bahia, assim como em todo o Brasil começou com os jesuítas. Por muito tempo, foram eles os únicos responsáveis, aplicando um ensino totalmente influenciado pela cultura e religião europeia. Foram dois séculos de ensino jesuítico na Bahia, entre os quais os padres, além de catequizar os índios, praticavam o magistério, construindo escolas e ensinando apenas conhecimento geral e básico. Com a expulsão dos jesuítas, a Coroa passou a ser responsável pela educação, e instituiu as aulas régias, onde ensinava-se latim, grego e retórica. Depois desse período começou o atraso da educação na Bahia e no Brasil (SOARES, 2005).

Desde então, o poder público intervem na educação na Bahia. O Ato Adicional de 1834 legislava sobre as questões do ensino elementar e médio, que depois foram substituídas pelo Licel Provincial, onde o currículo incluía um maior número de disciplinas. Em 1842 começou a funcionar na Bahia a Escola Normal da Bahia, que formava professores do ensino elementar. Foi desse ano também a criação do “Conselho de Instrução Pública”, com muitas atribuições em relação à educação em todo o estado. No período da República as instituições oficiais de educação foram alteradas e as leis que regiam o ensino na antiga Província foram

reformadas pelo Governo Provisório do Estado da Bahia. Em 1890, o baiano Satyro Dias elaborou o regulamento que deu origem ao Conselho Superior de Ensino, de cujas normas fizeram surgir o Instituto Normal da Bahia.

No século XIX foram inauguradas na Bahia algumas instituições, como Faculdade de Direito da Bahia, Escola Politécnica e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A reforma de 1925 (Reforma Góes Calmon), influenciada pelas idéias de Anísio Teixeira orientou grandes mudanças na organização da educação estadual e previa o ensino geral, que ia do ensino infantil, primário, secundário e profissional, ao superior, completando com o ensino especial, cujo objetivo era a formação completa do indivíduo para a vida.

Na atualidade a escola pública na Bahia é essencialmente, estadual e municipal. Estado e Município respondem pelo ensino fundamental e médio. O governo federal tem pequena participação na formação educacional direta da população, porém muitos recursos de fundos federais são também usados para esse fim (BRASIL, 2011).

A história da educação superior no Brasil teve seu começo com a vinda da Família Real de Portugal em 1808, tornando-se parte integrante da história da sociedade brasileira. A primeira escola superior surgiu na Bahia, estendendo-se para Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. A evolução da educação superior esteve ligada à história do crescimento do país e seus períodos prósperos. No começo, eram raras as escolas superiores e apenas os filhos de donos de engenhos, fazendas de café, políticos é que conseguiam essa oportunidade. Durante o regime republicano foram criadas 14 escolas superiores, que marcavam períodos econômicos importantes do país, como o da borracha (1909), café (1912), surgindo depois com as universidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e já em 1961, em Brasília.

O ensino superior na Bahia foi institucionalizado em 1808, quando D. João VI veio para o Brasil e instalou o Colégio de Cirurgia da Bahia, considerado como primeiro curso universitário do Brasil. O curso universitário tem início na Bahia, com a composição da Faculdade de Medicina e dos cursos de Farmácia, Odontologia, Academia de Belas Artes, Direito e Politécnica e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instituída no século XX, que foram sendo incorporadas e formou a Universidade da Bahia.

A Universidade da Bahia foi elevada à Universidade Federal da Bahia em 8 de abril de 1946, e teve como primeiro reitor o Professor Edgar Santos, principal articulador para o desenvolvimento da UFBA. As décadas seguintes foram produtivas para o seu desenvolvimento, inclusive na criação de novas unidades e órgãos suplementares, que só contribuíram para o engrandecimento da mesma. A Universidade Federal da Bahia é hoje, uma autarquia com sede na cidade de Salvador, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica. Atualmente, possui 30 unidades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, que atende todos os campos do conhecimento, onde 28 unidades estão em Salvador e outras duas nas cidades de Barreiras e Vitória da Conquista, na Bahia. Essa extensão da UFBA confirma parte do processo - Programa de Interiorização da Universidade, deferindo o Programa de Expansão das IFES do Ministério da Educação.

Atualmente, a estrutura da UFBA dispõe além das unidades acadêmicas, de rede de órgãos complementares, suplementares e de serviços que colaboram para o cumprimento da sua missão institucional, que é produzir, socializar e aplicar o conhecimento nas diversas esferas do saber, através do ensino, pesquisa e da extensão. A importância da UFBA está revelada nos números consideráveis de cursos ministrados, dos cursos de especialização e dos serviços que presta à comunidade do seu estado. São 65 Cursos de graduação, 50 de Mestrado, 31 de Doutorado, 56 de Especialização, 32 Residências Médicas (UNIVERSIDADE..., 2007).

A melhoria da qualidade da educação, a adequação da formação às demandas do mundo de trabalho e benefícios à sociedade foram as causas que determinaram um novo viés no ensino superior. Isto motivou que nos últimos anos as universidades brasileiras discutissem mudanças na educação. A Universidade Federal da Bahia, mediante apoio do Conselho Deliberativo da UFBA e após ampla discussão nacional e local, sobre o Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) (Decreto Nº. 6.096/07) aderiu ao projeto e vêm tentando aplicar essas mudanças.

Como “Diretrizes gerais para o REUNI” (UNIVERSIDADE..., 2007) as universidades devem fazer uso de sua autonomia institucional, e apresentar novos cursos, manejo nos currículos e rotas direcionadas para as realidades locais. A ampliação do acesso, o aumento da taxa de diplomação dos cursos de graduação e

a instituição do turno noturno, foram implementadas passando a oferecer à sociedade baiana, nova opção de formação universitária de graduação, baseada em ciclos e módulos, facilitando a vida do aluno que trabalha.

No âmbito do ensino superior a finalidade é dirimir as desigualdades nos atendimentos educacionais. Algumas das alternativas instituídas estão facilitando a alunos carentes, a seguirem adiante com seu curso. Projetos instituídos pelo REUNI, como PERMANECER apoiado pelas AÇÕES AFIRMATIVAS e coordenado pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA foram transformados em bolsas e dão melhores condições de qualidade de vida para o aluno, facilita sua permanência no curso e garante sua formação acadêmico-profissional até a conclusão das etapas da graduação, cumprindo assim, sua função social integrada à educação pública.

4 CENÁRIO E PERSPECTIVAS DA UFBA

A metodologia adotada foi a aplicação de questionários com 12 (doze) questões aberta e fechadas (Apêndice A) direcionadas a 68 (sessenta e oito) aos alunos de graduação de cursos variados que estudaram em escolas públicas, sobre o conhecimento e uso da estrutura e do funcionamento da Universidade Federal da Bahia.

Essa pesquisa foi aplicada na UFBA no mês de setembro de 2011, nos *campi* de Ondina e Canela. A proposta era verificar dos alunos, o conhecimento sobre a estrutura / funcionamento da UFBA, suas dificuldades no acesso e no uso dos serviços a eles direcionados, mediante respostas compiladas nos questionários aplicados.

A análise dos resultados apresenta-se da seguinte forma: responderam ao questionário alunos do sexo masculino, na faixa etária de 18 (dezoito) a 50 (cinquenta) anos e do sexo feminino entre 18 (dezoito) a 40 (quarenta) anos demonstrando que os indivíduos do sexo masculino ingressam na Universidade com idade mais avançadas. Entretanto, dos 68 dos entrevistados, a pesquisa comprova que o gênero feminino (36) ultrapassa o masculino na admissão do curso superior.

Conforme a Tabela 1 a maioria dos entrevistados é procedente de escolas públicas, mostrando que os documentos normativos (leis, decretos e portarias) que

dispõem sobre o ingresso nas universidades federais têm possibilitado maior acesso da categoria C e D no contexto educacional de nível universitário inferido.

Tabela 1 - Tipo de escola X Sistema de cotas

Sexo:	Escola Pública			Escola Particular		
	Sistema de Cotas	Sem Sistema de Cotas	Sem resposta	Sistema de Cotas	Sem Sistema de Cotas	Sem resposta
Masculino	31	15	08	01	00	07
Feminino	37	19	04	01	00	13

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Considerando os 48 (quarenta e oito) entrevistados que estudaram em escola pública, fica constatado que alguns usuários responderam que encontram dificuldades em mais de uma disciplina nas diversas áreas do conhecimento, conforme Gráfico1 abaixo.

Gráfico 1 – Áreas do conhecimento que os entrevistados tiveram maiores dificuldades



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Com relação à adaptação ao ambiente universitário pelos alunos na Universidade Federal da Bahia, os resultados das entrevistas (Quadro 1) na ordem decrescente de dificuldade foram:

Quadro 1 - Principais dificuldades no acesso e uso dos serviços

Dificuldades no acesso e uso dos serviços pelos alunos	
1.	Conhecimento da estrutura e funcionamento da UFBA
2.	Adaptação ao ambiente acadêmico
3.	Diálogo com o corpo docente
4.	Convivência com os colegas
5.	Acesso aos serviços de assistência estudantil
6.	Acesso aos espaços culturais e sócio educativos
7.	Uso da comunicação e informação interna

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Da amostragem contemplada na pesquisa, de acordo com Tabela 2 sobre a utilização dos recursos de apoio ao estudante, fica demonstrado que os cotistas têm feito usos dos serviços e programas a eles oferecidos.

Tabela 2 - Uso dos serviços e programas oferecidos

Serviços e Programas	Conheço e Utilizo com Frequência	Conheço mas não Utilizo.	Não Conheço	Conheço e Utilizo de vez em quando	Não responderam.
Serviço Médico	07	16	00	09	02
Sistema de Bibliotecas	26	00	00	06	02
Serviços de Extensão	06	10	06	09	03
Programas de Assistência Estudantil	14	14	02	02	02

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: desafios a serem superados

Para combater a desigualdade, a criança deveria desde o ensino básico, ter acesso a uma educação de qualidade, o que a prepararia no futuro para disputar de igual para igual no mercado de trabalho ou no exame de vestibular. Fica visível conforme o Gráfico 1, que as dificuldades apresentadas nas respostas referentes às disciplinas, são provenientes da qualidade do ensino básico nas escolas públicas. Este panorama pode ser mudado, caso haja esforço de um grupo da sociedade, que

se proponha a enfrentar esse problema, pois segundo Lewin (1965) apud Colossi (2001, p. 50), “é muito mais fácil o grupo mudar a educação do que a educação mudar a sociedade”.

Para Maria de Fátima Rosar (2001) o processo a globalização mascara as diferenças das desigualdades, quando não mostra a realidade que os países em desenvolvimento vivem. Todavia, considerando a pesquisa fica demonstrado (Tabela 1) que as classes C e D representadas pelos 48 (quarenta e oito) entrevistados tiveram oportunidade de acesso a partir, das novas políticas públicas referentes às cotas universitárias.

Outra questão a ser vencida é a adaptação dos alunos cotistas ao acesso e uso dos serviços oferecidos a eles. Pela análise dos resultados verificou-se que dos 48 entrevistadas das escolas públicas, dos 34 (trinta e quatro) cotistas que responderam o questionário, concluímos que 5,12% conhecem, mas não utilizam o **Serviço Médico**; com relação ao uso do **Sistema de Bibliotecas**, apenas 2 (dois) cotistas não responderam à questão. No que se refere aos **Serviços de Extensão**, 1,92% não utilizam dos benefícios socioculturais da instituição. Finalmente, em se tratando dos **Programas de Assistência Estudantil**, apenas 0,64% não conhece os serviços direcionados à classe estudantil.

Neste contexto, deduzimos que muito ainda há por fazer, para melhorar a inserção dos cotistas no ambiente universitário. Dentre as proposições, inferimos que os dados mostrados na pesquisa, confirmam uma situação de desvantagem para com os universitários provenientes de escolas públicas. Cabe assim uma atuação em duas frentes: Por um lado, a melhoria na gestão da educação do ensino médio junto à rede pública e por outro, a ampliação de políticas públicas específicas que sejam capazes de fornecer respostas às desigualdades existentes no panorama da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio. **A nova LDB: análise e aplicação: o que muda na carreira do professor, perspectiva do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério.** Salvador, 1997.

BARCELLOS, Jorge. **A democratização das oportunidades educacionais: introdução ao debate teórico.** Disponível em: <<http://302284.vilabol.uol.com.br/democracia.>> Acesso em: 27 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_jfilter&Itemid=164¶ms\[search_relevance\]=dadosestatisticosdeeducação¶ms\[search_method\]=exact¶ms\[tipobusca\]=null.](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_jfilter&Itemid=164¶ms[search_relevance]=dadosestatisticosdeeducação¶ms[search_method]=exact¶ms[tipobusca]=null.)> Acesso em: 27 set. 2011.

BRINHOSA, M. C. A função social e pública da educação na sociedade contemporânea. In: LOMBRADI, J. C. (Org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 40–60.

COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E.G. de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.1, p.49-51, jan./abr., 2001.

DAL MÉDICO, C. F. **Políticas Públicas das Minorias: educação um caminho.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/políticas-publicas-das-minorias-educacao-um-caminho/66012/>> Acesso em: 28 set. 2011.

FLECHA, Ramon. As novas desigualdades educativas. In: CASTELLS, M. et al. **Novas perspectivas críticas em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 36-39.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBAÑEZ RUIZ, Antonio. **Ensino médio e educação profissional: caminhos para o avanço.** Disponível em: <www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman...27> Acesso em: 27 set. 2011.

IBGE. **Indicadores Sociais.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default.shtm>> Acesso em: 27 set. 2011.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. Articulações entre a globalização e a descentralização: impactos na educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas (SP): Autores Associados, 2001. p. 61.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas (SP): CNPq, 2005. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa "O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil".

SILVA, Marcos Cipriano da. **Reflexões sobre um modelo de Universidade**. 2007. Disponível em: <http://www.urutaqua.uem.br//ru23_universidade.htm> Acesso em: 27 set. 2011.

SOARES, G. **A trajetória da escola pública no Brasil**. Disponível em: <artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1153070213> Acesso em: 13/10/2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL BAHIA. **Proposta de inclusão da Universidade Federal da Bahia no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Salvador, 2007. 74 p. Disponível em <www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman...27> Acesso em: 27 set. 2011.

ABSTRACT

The article addresses the issue of inequality on access to public higher education by students from public high schools, focusing on the difficulties of adaptation encountered by these students of the university to enroll in undergraduate courses of the institution. Cites some scholars of theoretical issues related to social inequalities, as Durkeim, and Bordieau Pierre Castel. Presents the results of a survey conducted among students of the university who attended high school in public schools. The answers collected from the questionnaires reveal the difficulties encountered by content quota students in monitoring and adapting the courses. Concludes that the development of efficient public policies is essential for the existence of a high school quality, allowing, therefore, these pupils from disadvantaged, will have better opportunities in their future academic life.

Keywords: higher education, public education, social inequality, public policies for education, UFBA

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO A ALUNOS DA GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Objeto do questionário:

Mapear e elaborar estudo das dificuldades de aprendizagem do aluno, no acompanhamento do “cotidiano acadêmico” e como resultado deste traçar o perfil do estudante de Escola Pública ingresso na UFBA, nos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Bahia

1 IDENTIFICAÇÃO

Sexo F ()_ M ()

Idade 18 a 22 ()
23 a 26 ()
27 a 31 ()

2 NATUREZA DA ESCOLA ONDE FEZ O 2º GRAU

() Escola Pública
() Escola Particular

3 TURNO QUE CURSOU O 2º GRAU

() diurno
() noturno

4 VOCÊ FOI AGRACIADO COM O SISTEMA DE COTAS?

() Sim () Não

5 NA UFBA, QUAL O SEU CURSO?

() Educação
() Química
() Dança
() Outro

6 QUAL A DISCIPLINA DE SUA PREFERÊNCIA?

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Português | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Matemática | <input type="checkbox"/> Ciências |
| <input type="checkbox"/> Redação | <input type="checkbox"/> Geografia |
| <input type="checkbox"/> Línguas | <input type="checkbox"/> Outra _____ |

7 QUAL DISCIPLINA VOCÊ TEVE MAIS DIFICULDADE AO INGRESSAR NA Universidade? Porquê?

8 ELEGA DE (1- 5) AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE VOCÊ ENCONTROU AO INGRESSAR NA UFBA

- a adaptação ao ambiente acadêmico
- o dialogo com o corpo docente
- a convivência com os colegas
- o acesso aos serviços de assistência estudantil
- o acesso aos espaços culturais e sócio educativos
- o conhecimento da estrutura/funcionamento administrativo e acadêmico
- o uso da comunicação e a informação interna
- outros(especificar)_____

9 USO DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS OFERECIDOS

(com a finalidade de saber se o usuário conhece e utiliza todos os serviços oferecidos pela UFBA, assinale a alternativa que melhor corresponde aos seus conhecimentos sobre estes serviços).

Serviço Médico

- conheço e utilizo com freqüência conheço, mas não utilizo
- conheço e utilizo de vez em quando não conheço

Serviço de Bibliotecas

- conheço e utilizo
 conheço, mas não utilizo conheço e utilizo de vez em quando
 não conheço

Serviços de Extensão (sociocultural)

- conheço e utilizo conheço, mas não utilizo
 conheço e utilizo de vez em quando não conheço

Programas de Assistência Estudantil

- conheço e utilizo conheço, mas não utilizo
 conheço e utilizo de vez em quando não conheço

10 Qual a sua opinião para a melhoria das dificuldade do aluno ingresso na UFBA?

11 Qual sua expectativa em relação ao Curso Superior?

12 Qual sua opinião em relação às cotas nas universidades?

Este questionário deve ser respondido e entregue após seu preenchimento.
Agradecemos sua colaboração.
